

# FORTALECER É PRECISO <sup>(1)</sup>

**Gilmar Gusmão Dadalto <sup>(2)</sup>**

O estado do Espírito Santo possui uma das melhores distribuições fundiárias da federação, com cerca de 80% de seus estabelecimentos rurais administrados e trabalhados pela própria família, constituindo-se numa das maiores riquezas da agricultura capixaba. No entanto, a exigência cada vez maior de competitividade na agricultura, torna vulnerável essa estrutura agrária de base familiar, uma vez que as mudanças necessárias para que esses pequenos proprietários rurais se tornem competitivos são muito lentas, em função de vários aspectos como tradição de cultivo com baixo nível tecnológico, baixo nível de instrução, elevado grau de descapitalização e elevado risco de produção, dentre outros. Este fato é ainda mais preocupante, atualmente, em função de existir um novo ciclo de preços baixos de café, que é a base da economia rural capixaba.

Para o fortalecimento da agricultura familiar, além do apoio creditício e de infra-estrutura é necessário municiar de informações os produtores de forma mais intensiva em todas as áreas do agronegócio. Isto significa dizer que somente os recursos financeiros não são suficientes para garantir o sucesso do empreendimento agrícola. É necessário, além disso, o uso do insumo intelectual, que são os conhecimentos e as informações imprescindíveis a utilização adequada de todos os recursos materiais.

A importância social da manutenção da propriedade familiar e o seu reduzido nível de renda, aliado ao pouco interesse da iniciativa privada em desenvolver projetos de assistência técnica, em função da baixa remuneração, justificam e fortalecem o papel do setor público agrícola, como indutor do desenvolvimento rural, na função de geração de tecnologia e prestação da assistência técnica a esse segmento.

Em que pese a diversidade de instituições que atuam no meio rural nas diversas áreas do agronegócio e o fortalecimento de muitas delas, como as Secretarias Municipais de Agricultura, é inegável a importância histórica do setor público agrícola estadual, a exemplo do INCAPER, no papel de protagonista do processo de desenvolvimento rural.

Essa instituição criada recentemente, mas que incorporou empresas que atuavam há 44 anos na pesquisa, assistência técnica e extensão rural, conhecidas e reconhecidas no Estado, mesmo se ajustando ao novo modelo de desenvolvimento, em que deve atuar mais no papel de gerenciador ou coordenador das ações em nível estadual, regional e municipal e menos na execução, evitando o paralelismo de atividades, sofreu nos últimos anos uma redução drástica no seu corpo técnico, em função, principalmente, de aposentadorias e da atratividade salarial do mercado de trabalho, reduzindo a sua capacidade operacional e comprometendo seriamente a capacidade de atuação e a qualidade dos serviços. Por outro lado, há 15 anos não existe contratação de funcionários, tendo o seu corpo técnico a idade média de 48 anos, mostrando a necessidade premente de renovação. Este fato é agravado pela previsão de redução, num prazo de 5 anos, de aproximadamente, 40% dos funcionários de carreira finalística, em função, principalmente de aposentadorias. Noutras palavras, ou o INCAPER se renova ou assistiremos impassíveis a sua gradativa extinção.

Todos esses fatos demonstram a necessidade urgente de renovar, ampliar e valorizar o corpo técnico, de modo que o Estado possa cumprir o essencial papel de indutor de desenvolvimento rural, prestando serviços gratuito e de qualidade, principalmente para a grande massa constituída de agricultores familiares, reduzindo o fluxo migratório rural-urbano e evitando a desestruturação da propriedade familiar em nosso Estado.

<sup>(1)</sup> **Publicado em A Gazeta, Vitória/ES, 13/05/2002.**

<sup>(2)</sup> **Eng. Agrônomo do Incaper e Presidente da Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos.**